

nismos de compaixão e de identificação que levavam um Zurara, por exemplo, a chorar o padecimento dos escravos que via desembarcar em Lagos e que — lembrava — também eram «da geração dos filhos de Adão»³.

A referência a Zurara remete-nos para Portugal. Ao longo do livro, o leitor encontrará algumas análises aos pensamentos de um punhado de figuras portuguesas, como o referido Zurara ou os padres Manuel da Nóbrega, António Vieira e Manuel Ribeiro da Rocha. Mas não mais do que isso. Encontrará também erros de pormenor que advirão sobretudo do facto de Davis ter um conhecimento indirecto da história portuguesa. Para dar apenas um exemplo, não é verdade que «somente em 1869 a escravidão (tenha sido), finalmente, abolida na metrópole portuguesa» (p. 62). Essa é, de facto, a data da abolição legal nas colónias africanas, já que na metrópole a instituição começara a ser estrangulada em meados de Setecentos com a legislação pombalina.

The Problem of Slavery in Western Culture demorou 35 anos a ser vertido para português, mas mais vale tarde do que nunca. Não será certamente um livro de digestão fácil, mas é de leitura obrigatória para quem quiser entender a atitude dos povos ocidentais face à escravatura negra. Apenas se poderá lamentar que a qualidade da tradução nem sempre esteja à altura do conteúdo. Algumas expressões foram deixadas

em inglês, sem qualquer sentido. Dizer, por exemplo, que Antístenes escreveu um tratado «of freedom and slavery» (p. 92) ou que Flavius Josefus escreveu *Jewish War* e *Jewish Antiquities* (p. 101) é absurdo. Certas palavras estão mal traduzidas: *ingenuity* é génio, talento, e não «ingenuidade» (p. 177); *Tennessee courts* não são «cortes do Tennessee» (p. 306), mas sim tribunais do Tennessee. Ocasionalmente há frases que, por má tradução, deixam pura e simplesmente de ter nexo. Mas esperemos que ao ler que «Vedius Pollio dava os alimentos dos escravos para seu peixe de estimação» (p. 78), por exemplo, o leitor consiga adivinhar que, na verdade, Davis escreveu que «Vedius Pollio alimentava o seu peixe de estimação com carne de escravos»⁴.

JOÃO PEDRO MARQUES

Richard Münch, *Nation and Citizenship in the Global Age: From National to Transnational Ties and Identities*, Nova Iorque, Palgrave, 2001, 247 páginas.

A par de Niklas Luhmann, Richard Münch, o autor do livro em análise,

⁴ David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1966, p. 60.

é um dos principais expoentes da variante alemã da corrente sociológica neofuncionalista. A sua carreira ganha, aliás, uma dimensão internacional quando publica, no início dos anos 80, dois influentes artigos sobre a teoria da acção social de Parsons onde sugere que a influência de Kant é mais importante do que se supunha¹. Desde então, Münch assume-se como um dos herdeiros mais prolíficos de Parsons. A sua proposta para uma «teoria da estruturação» capaz de integrar os ensinamentos de autores clássicos da sociologia, como Weber e Durkheim, tentando simultaneamente ir para além dos seus contributos, é um exemplo disto mesmo².

Em traços muito gerais, este é o retrato intelectual do autor do livro em análise, *Nation and Citizenship in the Global Age* (2001). Convém, porventura, referir o facto de a estrutura da obra aqui em discussão ser bastante próxima de um livro que Münch publicou no ano

¹ Referimo-nos a «Talcott Parsons and the theory of action», I, «The structure of Kantian core», in *American Journal of Sociology*, 86, 1981, pp. 709-739, e «Talcott Parsons and the theory of action», II, «The continuity of the development», in *American Journal of Sociology*, 87, 1982, pp. 771-825.

² V. *Understanding Modernity. Toward a New Perspective Going Beyond Durkheim and Weber*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1988, e «Code, structure, and action. Building a theory of structuration from a Parsonian point of view», in Jonathan Turner (ed.), *Theory Building in Sociology. Assessing Theoretical Cumulation*, Londres, Sage, 1989.

anterior³, o *Ethics of Modernity*. Tanto num caso como noutro, Münch adopta uma perspectiva comparativa entre quatro países (Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido), embora os objectos de estudo sejam completamente diversos. No *Ethics of Modernity*, como o próprio título indica, Münch procura reconstruir a função social desempenhada pela ética na formação da modernidade em diferentes épocas e locais, salientando a importância dos factores sócio-culturais de cada comunidade. Já em *Nation and Citizenship in the Global Age* o seu propósito é outro. O que Münch pretende explicar nesta obra é a relação entre os processos de formação de identidade colectiva e os modos de integração de populações imigrantes no quadro de uma economia internacional crescentemente interdependente e de âmbito global.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira são apresentados os estudos de caso, sendo dedicado a cada país um capítulo próprio, ainda que o referente à Alemanha seja aproximadamente duas vezes mais longo do que os restantes. O objectivo desta primeira parte consiste em demonstrar o funcionamento do seu modelo, de acordo com o qual a for-

³ Na verdade, no mesmo ano, Münch publicou outro livro em que compara estes quatro países. Falamos de *Democracy at Work: A Comparative Sociology of Environmental Regulation in the United Kingdom, France, Germany, and the United States*, Westport, Praeger, 2000.

ma de integração de populações imigrantes está intimamente relacionada com o modo como a identidade colectiva desses países se processa. Aplicando este modelo ao caso inglês, Münch sugere que o Reino Unido emergiu a partir de uma sociedade civil de proprietários, comerciantes e trabalhadores assalariados. A integração social baseou-se numa comunidade cívica independente, em larga medida, da origem étnica e orientada para a organização burocrática e exploração económica das possessões coloniais. Com o desaparecimento destas últimas no decorrer da segunda metade do século xx e com a integração do Reino Unido na CEE, a atitude institucional perante a imigração altera-se e, com ela, a própria identidade colectiva inglesa. Notando um relativo fechamento institucional no tocante à política de imigração nos últimos anos, Münch salienta a importância da sociedade civil para a integração das populações imigrantes. Hoje, como ontem, a identidade colectiva inglesa é o resultado da comunhão de valores partilhados por uma população etnicamente heterogénea, cujas profundas desigualdades não deixam de se fazer reflectir no próprio processo societal de construção identitária. No estudo de caso seguinte, o autor debruça-se sobre os Estados Unidos. Em seu entender, é neste país que encontramos uma das mais avançadas relações entre pluralismo social e cidadania política. Tradicionalmente, a função de integração social foi desempenhada por

uma miríade de associações voluntárias com pouco ou nenhum apoio das autoridades federais. É sobretudo após o movimento dos direitos civis dos anos 60 que os grupos excluídos começam a questionar o paradigma liberal baseado na noção de direitos individuais. Em seu lugar, as associações de cariz étnico procuram garantir junto das autoridades federais o reconhecimento dos direitos colectivos dos respectivos grupos étnicos. A principal consequência da acção destas associações é a pressão exercida no sentido de manter os Estados Unidos como uma nação de imigrantes. A identidade social americana é, pois, o resultado da acção concertada de grupos sociais organizados em torno da sua origem étnica e unidos por um sentimento cívico de carácter nacional. O caso francês é completamente diferente dos dois anteriores. Em França, Münch identifica uma tensão entre o universalismo da República e o particularismo e regionalismo de uma sociedade civil muito pouco organizada. Este conflito impede actualmente a existência de uma política de imigração tão generosa quanto a vigente nos anos 50 e 60 e que atraiu milhões de imigrantes de outros países europeus e de ex-colónias do Norte de África. O processo de integração de imigrantes em França é sobretudo suportado pela acção do Estado, sendo negligenciável o papel desempenhado pela sociedade civil. Finalmente, na Alemanha, a integração das populações imigrantes pro-

cessa-se por intermédio de uma rede formada por associações de protecção social semipúblicas e pela administração burocrática. Tal como em França, também na Alemanha o papel desempenhado por associações puramente voluntárias da sociedade civil na integração dos imigrantes é pouco relevante. A abordagem alemã à questão da imigração enfatiza a noção de «legalidade», baseada na constituição e nas leis da República federal. Daí as limitações deste modelo de integração: a sociedade civil mantém-se, em larga medida, alheada do processo de integração dos imigrantes.

A segunda metade do livro é consagrada à discussão do processo de formação da identidade colectiva europeia. Esta é, aliás, uma nota merecedora de um comentário crítico. Os Estados Unidos deixam subitamente, e sem qualquer explicação, de figurar na análise de Münch: em nosso entender, a inclusão de um elemento comparativo na segunda parte desta obra só poderia enriquecê-la. Dito isto, o modelo oferecido por Münch tem a virtude de procurar explicar a dinâmica da formação da identidade europeia no quadro do processo de integração europeia e de um sistema económico internacional cada vez mais global. Vale a pena enumerar as onze teses sobre as quais Münch sustenta este modelo: (1) diferenciação interna e externa; (2) homogeneização interna; inclusão de culturas diferentes; acção promotora da integração europeia por parte das elites;

tensões entre tendências regionalistas, nacionalistas e cosmopolitas; dialéctica de perda, ganho e crescimento da identidade colectiva; criação de valores através da inovação; acção dos *mass media* através de espirais de sentido ascendente e descendente; e criação de uma identidade virtual através da comunicação.

Em nossa opinião, o principal contributo que este livro traz para a literatura sobre cidadania e identidade em sociedades multiculturais é precisamente este modelo de desenvolvimento da identidade europeia. Num momento em que o alargamento da União Europeia a leste e os trabalhos da Convenção Constitucional marcam a agenda política na Europa, a abordagem proposta por Münch assume uma especial relevância. Em particular, a ideia de que a identidade europeia «does not progress smoothly and without opposition» (p. 184) parece-nos ser algo a reter. A centralidade analítica conferida à noção de «identidade colectiva» por forma a explicar a integração de populações imigrantes é, ela própria, digna de referência. Sem esquecer as funções desempenhadas por instituições nacionais, associações voluntárias e empresas multinacionais, Münch enfatiza o confronto entre as emergentes forças transnacionais e a resistência das leis e instituições nacionais. Exemplificando o melhor que a interdisciplinaridade pode oferecer, Münch articula uma teoria sociológica neofuncionalista sofisticada com análises históricas comparadas sensíveis

a contextos nacionais particulares, conseguindo, assim, produzir um contributo relevante para a filosofia política contemporânea. Com efeito, o estudo de Münch alerta-nos para a necessidade de reconceptualizarmos a noção de «cidadania europeia» à luz dos fenómenos políticos, económicos e sociais que marcam o nosso tempo, a saber, o processo de integração europeia, a globalização económica e os movimentos migratórios vindos de Leste e do Norte do África.

FILIPPE CARREIRA DA SILVA

António Teixeira Fernandes, Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas, Oeiras, Celta Editora, 2001.

António Teixeira Fernandes — padre e sociólogo que há muito se consagrou à leccionação na Universidade do Porto, onde dirige o Instituto de Sociologia da respectiva Faculdade de Letras — foi e é um dos pioneiros da sociologia religiosa em Portugal (um campo que não pode, infelizmente, considerar-se definitivamente consolidado no nosso país); reúne agora, sob a chancela da Celta, uma editora que se tem destacado pela corajosa aposta na publicação de obras de investigação de base no

campo das ciências sociais, em *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, uma série de estudos da realidade religiosa no Portugal contemporâneo. Um livro a merecer atenção nem que seja pelo facto de rarear este tipo de trabalhos em Portugal e escassos serem os que logram ser publicados.

Em termos de estrutura, a obra parece-nos poder ser dividida em três partes fundamentais. Uma primeira, constituída pelos dois capítulos iniciais, intitulados «Secularização e secularismo» e «O retorno do sagrado», é essencialmente ensaística e conceptual. Ela permite situar o autor no quadro das discussões teóricas relativas ao enquadramento mais geral da questão da religião na época contemporânea. O terceiro capítulo, «Religiosidade difusa e identidade confessional», faz a transição para uma segunda parte mais empírica do livro, em que cabem também os capítulos seguintes, respeitantes à «Vivência religiosa em meio rural» e à «Mudança social e identidade do clero». Todos eles assentam num manancial de dados resultantes de um série de inquéritos sociológicos e disponibilizados mediante dezenas de figuras e mais de duas centenas de quadros. Estes surgem listados logo no início num índice muito útil que permitirá o acesso rápido aos elementos de interesse para cada investigador. Uma terceira parte permite ao autor regressar a um tema que já foi objecto de abordagem numa outra obra sua, a questão da «Sacralidade e poder político», de novo num